



**ATA DE APRECIÇÃO DE RECURSO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90147/2024**  
**(Processo nº 00200. 014753/2024-21)**

Às 14 horas do dia 08 do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se a Pregoeira e a Equipe de Apoio para apreciarem o recurso da licitante **UCAN TECNOLOGIA EM TRANSMISSÕES LTDA**, contra a decisão da Pregoeira que declarou a empresa **2LIVE STREAMING TELECOMUNICAÇÕES DIGITAL LTDA** vencedora do Pregão Eletrônico nº 90147/2024. Em síntese, a recorrente alega que *a licitante não apresentou “o documento original no prazo concedido e nos termos dos itens 10.1.4 e 11.4.3 do edital, em caso de não envio dos documentos no prazo concedido, ou expirada eventual prorrogação concedida pelo pregoeiro” e “(...) Aceitar documentação posterior ao prazo estabelecido ou permitir sucessivos prazos para sua apresentação viola os princípios da livre concorrência, seria o mesmo que admitir novos lances aos demais licitantes depois de encerrada as fases de lances no pregão”*. A empresa **2LIVE STREAMING TELECOMUNICAÇÕES DIGITAL LTDA** apresentou suas contrarrazões, informando, em suma, que: “[...] no dia 26/12/2024, a pregoeira através do chat informou, que o Órgão Técnico (SECOM) competente após as análises técnicas realizadas referente documentos apresentados, disse que o atestado de capacidade técnica apresentada atendia ao edital. Entretanto, solicitou que a proposta fosse reenviada, especificando os modelos de equipamentos que seriam utilizados na prestação de serviço. E como precisávamos apenas “editar” o documento, uma vez que havia sido elaborado por nós e que os preços não sofreriam nenhuma alteração (afinal o valor apresentado no documento era o valor vencedor do certame), apenas e tão somente incluímos na coluna “marca” os modelos dos referidos equipamentos”. Em relação ao envio do balanço patrimonial, a empresa **2LIVE STREAMING TELECOMUNICAÇÕES DIGITAL LTDA** informa ainda que: “[...] poderíamos apresentar o balanço registrado na Junta Comercial ou regulamentado pela Receita Federal, via escrituração contábil digita, e assim foi feito! O balanço e o DRE foram extraídos do sistema SPED da Receita Federal e enviados a pedido da pregoeira, através dos anexos. [...] No dia seguinte, 27/12, no ato de nossa habilitação, a pregoeira através do chat nos questionou se podíamos enviar também o recibo de entrega via SPED do Balanço e DRE e assim foi devidamente encaminhado [...]”. O recurso é tempestivo e atende aos requisitos de admissibilidade. Passa-se à análise do mérito. Inicialmente, informa-se que a presente análise adota como fundamentos a Lei nº 14.133/2021, o edital do certame, a doutrina e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU). Ao analisar as



**ATA DE APRECIÇÃO DE RECURSO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90147/2024**  
**(Processo nº 00200. 014753/2024-21)**

alegações do recurso, fica patente o inconformismo da recorrente com o fato de a Pregoeira ter oportunizado a empresa 2LIVE a complementar, em sede de diligências, a lacuna observada na proposta (informação de modelo ofertado para os equipamentos) e a confirmar a validade da documentação de habilitação econômico-financeira que constava do SICAF da empresa (esclarece-se que no SICAF da empresa constava certidão de falência expirada em novembro/2024 e balanço patrimonial do exercício de 2023 sem registro na Junta Comercial). Ressalta-se que as oportunidades de complementação/confirmação da documentação concedidas à recorrida têm por fundamento o art. 12, III, e o art. 64, ambos da Lei nº 14.133/2021, respectivamente: ***“o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo”*** e ***“Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame”***. Nesse mesmo sentido, são os itens 10.2.1 e 11.7 do edital, respectivamente: ***“O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta”*** e ***“caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.6, o Pregoeiro, a título de diligência, podrá solicitar à licitante o envio de documentação, por meio do campo de “anexos” do sistema. Também se fundamenta no art. 59, I e V, da Lei nº 14.133/2021, e itens 10.1.5.1 e 10.1.5.5, do edital, no sentido de somente desclassificar propostas que contenham vícios insanáveis. Vícios sanáveis não devem ser motivo de desclassificação imediata, cabendo a tentativa de saneamento. Nesse sentido, traz-se os seguintes enunciados de Acórdãos do Tribunal de Contas da União: “É irregular a desclassificação de proposta por erros formais ou por vícios sanáveis mediante diligência, em face dos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração” (Acórdão nº 1.204/2024-Plenário); “É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erros formais ou vícios sanáveis por meio de***



**ATA DE APRECIÇÃO DE RECURSO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90147/2024**  
**(Processo nº 00200. 014753/2024-21)**

*diligência, em face dos princípios do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios” (Acórdão nº 1.217/2023-Plenário). Exatamente baseado em tais dispositivos foi que a Pregoeira oportunizou que a Recorrida complementasse sua proposta, adicionando os modelos dos equipamentos a serem ofertados quando da execução dos serviços, bem como a atualização da documentação de habilitação econômico-financeira que constava do SICAF da empresa. Há, por fim, que se considerar um dos objetivos expressamente previstos pela nova lei para o processo licitatório, em seu art. 6º, I: “assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública”. Impende, ainda, destacar que, no caso em tela, a diferença de valor entre a proposta da empresa vencedora e a da recorrente, classificada em segundo lugar, corresponde a R\$ 286.840,00 (Duzentos e oitenta e seis mil, oitocentos e quarenta reais). Some-se a isto, Victor Amorim e Rafael Oliveira argumentam que “[...] o Poder Judiciário e as Cortes de Contas se inclinam em reconhecer que o procedimento licitatório não deve ser pautado num formalismo exacerbado que desvirtue sua finalidade e equipare-o a uma gincana, na qual interessa apenas o cumprimento da etapa definida, indiferentemente de sua razão de ser. Afinal, conforme célebre afirmação do administrativista Francis-Paul Bénéoit (1921-2017), a licitação não pode ser tratada como gincana, pela qual se premia o melhor cumpridor do edital” [grifou-se]. Portanto, não há que se falar em desclassificação ou inabilitação pelos motivos apontados, uma vez que o procedimento está totalmente em conformidade com a legislação e o edital. Diante do exposto, MANTÊM-SE os fundamentos da decisão do Pregoeiro que declarou a empresa **2LIVE STREAMING TELECOMUNICAÇÕES DIGITAL LTDA** vencedora do Pregão Eletrônico nº 90147/2024. Nada mais havendo a tratar, eu, Juliana Sá de Almeida Bezerra, lavrei a presente ata, que será assinada por todos os presentes.*